



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 136/XIII/ 3.ª SL

Aos 21 dias do mês de fevereiro de 2018, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Plano de Atividades da Comissão para a 3.ª sessão legislativa;**
 - 2. Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2016**
Relator: Deputado Rui Riso (PS);
 - 3. Apreciação e votação do Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 591/XIII/2.ª (PCP) -**
Determina a aplicação do Acordo de Empresa da EPAL a todos os trabalhadores
das empresas criadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de Março.
Deputada autora do parecer: Deputada Susana Lamas (PSD);
 - 4. Outros assuntos.**
-

- 1. Plano de Atividades da Comissão para a 3.ª sessão legislativa;**

A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputada Wanda Guimarães (PS), que presidiu à reunião em virtude da impossibilidade de o Senhor Presidente estar presente, deu conta aos Senhores Deputados que recebera um pedido de adiamento deste primeiro ponto da ordem do dia da Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), que ainda não se encontrava presente.

- 2. Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2016**
Relator: Deputado Rui Riso (PS);

Tendo sido de igual modo solicitado o adiamento deste ponto para momento posterior desta reunião, passou-se de imediato para o terceiro ponto da ordem do dia.

- 3. Apreciação e votação do Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 591/XIII/2.ª (PCP) -**
Determina a aplicação do Acordo de Empresa da EPAL a todos os trabalhadores
das empresas criadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de Março.
Deputada autora do parecer: Deputada Susana Lamas (PSD);

Neste ponto, a Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) apresentou de forma sintética o parecer relativo à iniciativa supra identificada, cuja discussão na generalidade estava já agendada para a sessão plenária do dia seguinte, 22 de fevereiro, concluindo pelo cumprimento dos requisitos constitucionais, legais e regimentais necessários à sua tramitação, e tendo sido saudada pela respetiva elaboração e apresentação pela



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 136/XIII/ 3.ª SL

Senhora Presidente, pela Senhora Deputada Rita Rato (PCP), que aproveitou para sugerir que fossem também ouvidas as estruturas representativas dos trabalhadores, e ainda pelos Senhores Deputados Ricardo Bexiga (PS) e António Carlos Monteiro (CDS-PP). Submetido a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Foi então retomado o segundo ponto da ordem de trabalhos, concedendo-se a palavra à Senhora Deputada Sofia Araújo (PS), que procedeu à apresentação do parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2016 em substituição do respetivo relator, o Senhor Deputado Rui Riso (PS), concluindo que o parecer incidira sobre os domínios atinentes ao Emprego e Segurança Social, constituindo um contributo para o relatório final que se encontra em fase de elaboração na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA). Concluída a respetiva apresentação, foram a Senhora Deputada exponente e o Senhor Deputado relator saudados pela Senhora Presidente e pelo Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP), tendo este último deixado uma reflexão sobre o período de tempo demasiado longo entre a execução orçamental e a apreciação da respetiva Conta Geral do Estado, para além de ter elencado algumas notas sobre o crescimento, as remunerações e a evolução do desemprego, pois no seu entender a preocupação do parecer foi mais desvalorizar os maus números para enfatizar as subidas posteriores. Também a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) agradeceu a elaboração e apresentação, sendo o parecer aprovado a final por unanimidade.

Passou-se então para a discussão do primeiro ponto da ordem do dia, que ficara igualmente adiado, tendo o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) começado por mencionar que, face à ausência do Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), entendia ser preferível o adiamento deste assunto para a próxima reunião, sugerindo porém a Senhora Presidente que ainda assim se desenvolvessem as intervenções dos Grupos Parlamentares, adiando-se apenas a decisão final para a próxima semana, o que mereceu a concordância de todos os presentes. Desta forma, a Senhora Deputada Sofia Araújo (PS) principiou por propor a realização de uma Sessão Pública dedicada ao Livro Verde das Relações Laborais. Por seu turno, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) sublinhou que se devia retirar a menção à visita à Triumph, no seguimento do encerramento da fábrica, referindo-se a

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 136/XIII/ 3.ª SL

uma eventual iniciativa sobre problemas com o modelo de adoção e das crianças em centros de acolhimento, e recordando que a visita a Fátima estava para se realizar há duas sessões legislativas. Neste momento, a Senhora Presidente resumiu as propostas apresentadas na Sessão Pública indicada pelo Grupo Parlamentar do PS, na concretização de visitas a Faro e a Fátima, solicitando a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) que esta derradeira iniciativa se realizasse numa terça-feira do mês de março, nos dias 13 ou 20. Neste momento, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) referiu que a Sessão Pública poderia realizar-se em abril, organizando-se em maio a conferência proposta pelo seu Grupo Parlamentar dedicada aos direitos das pessoas com deficiência, acrescentando a Senhora Presidente que se poderia agendar a visita a Faro para o mês de junho.

4. Outros assuntos.

No último ponto da ordem de trabalhos, o Grupo Parlamentar do PS indicou como autores do parecer, da [Proposta de Lei n.º 20/XIII/1.ª \(ALRAM\)](#) - Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, que fixa o regime para a determinação das condições de recursos das prestações sociais dos subsistemas de proteção familiar e de solidariedade e outros apoios sociais públicos, a Senhora Deputada Sofia Araújo e, do [Projeto de Lei n.º 520/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Consagra o regime especial de acesso à pensão de invalidez e velhice dos trabalhadores das pedreiras, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro.

Já no que concerne ao Grupo de Trabalho – Regime do Trabalho Noturno e por Turnos (GT – RTNT), a Senhora Presidente deu conta da intenção dos diferentes Grupos Parlamentares requererem novas audições para além das já previamente acertadas, tendo a respetiva Coordenadora, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) solicitado que essa discussão de pudesse fazer em Comissão, com a presença de todos os Grupos. Assim sendo, a Senhora Deputada Sofia Araújo (PS) deu conta da vontade de o seu Grupo Parlamentar agendar a realização de audições com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e do STAD - Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Profissões Similares e Atividades Diversas. Por seu turno, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) propôs a audição da Comissão Coordenadora das Comissões de

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 136/XIII/ 3.ª SL

Trabalhadores (CT) das empresas do Parque Industrial da Autoeuropa, a União de Sindicatos de Castelo Branco e o Sindicato dos Têxteis da Beira Baixa, que já haviam manifestado o interesse em serem ouvidos neste processo. Seguiu-se a intervenção da Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) que, constatando que as propostas efetuadas não obedeciam a um critério uniforme, se reservou o direito de, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, ponderar a indicação de outras entidades numa futura reunião. Pronunciou-se no mesmo sentido o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP), defendendo que esta matéria devia ser abordada no Grupo de Trabalho, sendo também importante a definição de critérios para as audições e do respetivo calendário, tendo em conta até a evolução dos trabalhos. Ainda assim, compreendeu o adiamento para esta reunião da Comissão, declarando que nada tinham a opor à audição da CITE. Já a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) recordou que havia uma data limite para audições, tendo alguns Grupos Parlamentares apresentado as suas propostas durante esse prazo, concordando com a discussão deste assunto em reunião do GT – RTNT, o que mereceu também a anuência do Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que lembrou que o seu grupo parlamentar havia apresentado sugestões na reunião realizada para o efeito, compreendendo que os trabalhos do GP – RTNT não se poderão prolongar indefinidamente. Também a Senhora Deputada Sofia Araújo (PS) afirmou ser fundamental definir bem o critério e o calendário de audições, que não se poderia prorrogar indefinidamente. Neste momento, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) sublinhou que não teria problemas em realizar todas as audições requeridas e a requerer, sugerindo a realização de uma reunião na manhã de quarta-feira, 28 de fevereiro.

Por outro lado, mencionou que o Grupo Parlamentar do PSD vinha assistindo a debates em Plenário que depois não davam origem à constituição de Grupos de Trabalho para apreciação das iniciativas, em particular as relativas aos bailarinos profissionais. Frisou ainda a relevância da existência de um documento que sistematizasse todas as iniciativas que se encontravam pendentes em Comissão. A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) mostrou-se de acordo com a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), lembrando que o que ficara decidido era que assim que terminasse um Grupo de Trabalho fosse constituído logo outro. Indagou ainda se



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 136/XIII/ 3.ª SL

deveria constituir-se o Grupo de Trabalho – Alteração do Regime Jurídico dos Bailarinos Profissionais ou outro que congregasse as iniciativas que versam sobre a precariedade no Código do Trabalho. Nesta fase, a Senhora Presidente esclareceu que o Grupo de Trabalho – Deficiência ainda não estava concluído porque fora sucessivamente requerido o adiamento da votação, e que o GT – RTNT já esgotara o prazo de noventa dias para a nova apreciação a 11 de janeiro de 2018, tendo o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) revelado a sua concordância com a reflexão proposta pela Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), enfatizando a relevância de elencar as iniciativas que aguardavam a nova apreciação ou a discussão na especialidade em Comissão.

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) declarou que o seu Grupo Parlamentar não se opunha à criação imediata do Grupo de Trabalho - Alteração do Regime Jurídico dos Bailarinos Profissionais, tendo referido que já havia sido decidida a sua constituição, aguardando-se porém a indicação da composição, cabendo a coordenação ao Grupo Parlamentar do PS. Acrescentou ainda o Senhor Deputado que o prazo para a nova apreciação na generalidade das iniciativas pendentes no GT – RTNT havia sido prorrogado.

Por fim, pediu a palavra a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), que enalteceu a forma como havia decorrido a participação da delegação parlamentar, liderada pela Comissão de Trabalho e Segurança Social, na Semana Parlamentar Europeia que havia decorrido em Bruxelas, entre 19 e 20 de fevereiro, agradecendo ainda todo o apoio logístico providenciado.

A final, a Senhora Presidente solicitou aos Grupos Parlamentares que ainda não se haviam manifestado a indicação dos seus representantes na Sessão Pública para apresentação do Estudo sobre a criação do Estatuto do Cuidador Informal, a realizar na sexta-feira seguinte, 23 de fevereiro.

A reunião foi encerrada às 12:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 136/XIII/ 3.ª SL

Palácio de São Bento, 21 de fevereiro de 2018.

A VICE-PRESIDENTE

(WANDA GUIMARÃES)



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 136/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Clara Marques Mendes
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Francisco Rocha
Helga Correia
Luís Soares
Maria da Luz Rosinha
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Tavares
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
José Rui Cruz
Rui Riso

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Isabel Pires

